SC6424
AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2012
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/700 (XX)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO, ACRA, GANA, 29 DE NOVEMBRO - 2 DE DEZEMBRO DE 2011,

RELATÓRIO DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO, 29 DE NOVEMBRO - 2 DE DEZEMBRO DE 2011, ACRA, GANA

INTRODUÇÃO

1. Teve lugar de 2 a 3 de Dezembro de 2012, no Centro Internacional de Conferência do Gana, Acra, Gana, a Sétima sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio. A reunião foi declarada aberta por S. E. Hana Tetteh, Ministra do Comércio e da Indústria da República do Gana. Discursaram na Conferência S. E. Erastus Mwencha, Vice-Presidente da CUA e S. E. Emmanuel Hategeka, Chefe da Delegação em representação do Ministro do Comércio e da Indústria do Ruanda, Presidente cessante.

PARTICIPAÇÃO

2. Participaram na reunião os seguintes Estados-membros: África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botswana, Burundi, Cabo Verde, Chade, Congo, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Níger Nigéria, Quénia, RASD, Ruanda, Senegal, Sierre Leone, Sudão do Sul, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Participaram igualmente na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CERs) e organizações parceiras: COMESA, ECCAS, CEDEAO, SADC, EAC, UEMOA, ACP, BAD, CPEG, Secretariado da Commonwealth, DFID, ECDPM, Unidade Conjunta de Apoio ao Secretariado, UNECA/BAD/CUA, OIF, NEPAD, Centro Sul, Rede do Terceiro Mundo para África, UNECA, UNEP, PNUD, NANTS, SAANA, Programas MTS da ACP, Banco Mundial, Organização Mundial das alfândegas, OMC, ActionAid/Gana, Centro de Desenvolvimento e Progresso de África (CADEP),ENDA Tiers Monde e PRCCE. A lista completa dos participantes é apresentada no Anexo 1.

DELIBERAÇÕES

Ponto 1 da Agenda: Abertura da Reunião

<u>Discurso do Vice-Presidente da Comissão da União Africana</u>

4. Ao tomar a palavra, o Vice-Presidente da Comissão da União Africana, S. Excia Erastus Mwencha pediu um minute de silêncio em homenagem da falecida Comissária da UA para o Comércio e Indústria, Sra. Elisabeth Tankeu. A seguir ressaltou que nenhum país no mundo foi capaz de atingir desenvolvimento económico sustentável sem comércio, uma base sobre a qual os Chefes de Estado e de Governo, na sua reunião em Adis Abeba, em Janeiro de 2011, tomaram a decisão de consagrar a Cimeira de Janeiro de 2012 à promoção do comércio intra-africano.

5. Lembrou a decisão da última Conferência dos Ministros do Comércio sobre a necessidade de acelerar o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental e salientou a oportunidade que esta reunião oferece para tomar decisões objectivas

e históricas que irão colocar a África num caminho irreversível de aprofundar a integração do mercado continental mais profunda. Citou o exemplo de sucesso da ASEAN, que vive um momento de eficiência na produção e atingiu um nível de concorrência a longo prazo quando eles liberalizaram o comércio através da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, bem como o crescimento em seis vezes no comércio intra-COMESA, após a criação de uma Zona de Comércio Livre.

6. O Sr. Mwencha destacou ainda o enorme potencial da integração do mercado em sectores tais como agricultura e segurança alimentar, TIC, energia, finança, turismo e comércio nos serviços, reiterando a necessidade de dinamizar o comércio intra-africano por pelo menos 25-30% na próxima década, através de uma abordagem tridimensional conforme proposto pelos Altos Funcionários, nomeadamente: um Plano de Acção para a Dinamização do Comércio Intra-africano, um Projecto de Roteiro e uma Arquitectura para Acelerar o estabelecimento e gestão de uma Zona de Comércio Livre Continental. Realçou as actividades, resultados previstos, calendários e responsabilidades a nível regional e continental, que deveriam impulsionar o processo seguindo o exemplo do sucesso do Acordo Tripartido EAC-COMESA-SADC.

7. Aproveitou igualmente a oportunidade para destacar os assuntos dos APEs, Agenda de Desenvolvimento de Doha, AGOA e uma proposta para a Melhoria do Sistema de Preferências Comerciais, sobre os quais pediu aos Estados Membros a adoptá-los. Concluiu apelando aos Ministros a participarem igualmente na Cimeira de Janeiro de 2012.

Discurso de S. E. Emmanuel Hategekaon, em nome do Ministro do Comércio e Indústria do Ruanda, Presidente Cessante da Conferência dos Ministros do Comércio

8. Na sua alocução, **S.E. Sr Emmanuel Hategekaon**, em nome do Ministro do Comércio e Indústria do Ruanda, manifestou confiança de que as conclusões das deliberações iriam oferecer um compromisso renovado para um futuro económico melhor para a África. Seria questão de consolidar as vitórias dos resultados obtidos na Reunião Ministerial de Kigali em Outubro de 2010, desencadeando acções concertadas destinadas a estimular o comércio Intra-africano. Sublinhou ainda que a revitalização do comércio Intra-africano e a criação da Zona de Comércio Livre Continental eram oportunas no contexto das actuais crises económicas globais.

9. Apesar de um tom de optimismo, o Ministro do Comércio e da Indústria do Ruanda observou que as estatísticas sobre o Comércio Intra-africano eram fracas. Na verdade, o Comércio Intra-africano representa, em média, cerca de 10 a 12% do Comércio global e esta é uma percentagem baixa, comparada com a América do Norte, por exemplo, onde os volumes comerciais atingem mais de 40%. Ressaltou que ao contrário, às regiões desenvolvidas e a Ásia, o comércio em África não gera emprego, porque a África não usa todo o seu potencial económico. Por isso, para suprir os constrangimentos que impedem o comércio Intra-africano, é necessário mudar as mentalidades através de consumo de produtos africanos, abordando os desafios em termos de infra-estruturas e eliminação de restrições ao comércio.

10. O Ministro do Comércio e da Indústria do Ruanda apontou igualmente que, devido ao sector informal, parte das transacções comerciais entre países africanos não é registada. O sector informal, que constitui uma parte importante da actividade económica dos países africanos, pode servir de uma alavanca para impulsionar o Comércio Intra-africano. Concluiu o seu discurso reiterando o compromisso do Ruanda no sentido de acelerar a criação da Zona de Comércio Livre Continental, antes de passar a presidência à República do Gana.

Discurso de Abertura de S.E. Hanna Tetteh, Ministra do Comércio e Indústria do Gana

11. A Ministra Hanna Tetteh saudou calorosamente todas as delegações que vieram ao Gana. Exortou à Conferência a aproveitar esta oportunidade para fazer do comércio um verdadeiro motor do crescimento e desenvolvimento económicos. Recordou a tarefa da Conferência de produzir um plano para impulsionar o comércio intra-africano, sobre o qual os Chefes de Estado e de Governo da UA se podem pronunciar na Cimeira de Janeiro de 2012.

12. Afirmou que, embora a promoção do comércio intra-africano seja uma prioridade de primeira, a África devia seguir a sua integração num sistema de comércio multilateral. Saudou as próximas reuniões da ACP a terem lugar em Bruxelas e solicitou aos Ministros para que adoptem, nesse sentido, posições comuns e a articulem mensagens claras e sem ambiguidades nas reuniões de Bruxelas e para a 8ª Conferência Ministerial da OMC.

13. Deplorou a falta de progresso nas negociações do APEs e disse que a proposta de colheitas antecipadas nas negociações da OMC teriam valor limitado se a questão do algodão não fosse incluída no pacote. Propõe a criação de uma coligação de vontade para avançar com a agenda proposta. Concluiu chamando à atenção sobre outros pontos da agenda que têm impacto sobre o desenvolvimento da capacidade do comércio de África.

Ponto 2 da Agenda: Eleição da Mesa

14. A reunião elegeu a mesa com a seguinte composição:

Presidente	-	Gana (África Ocidental)
1º Vice-Presidente	-	Argélia (África do Norte)
2º Vice-Presidente	-	Angola (África Austral)
3º Vice-Presidente	-	República do Congo (África Central)
Relator	-	Ruanda (África Oriental)

Ponto 3 da Agenda: Análise e Adopção da Agenda

15. A reunião analisou e adoptou a Agenda sem alterações.

Ponto 4 da Agenda: Organização do Trabalho

16. A reunião aprovou igualmente o seguinte horário de trabalho:

Manhã: 09:00 horas – 13:00 horas
Tarde: 14:30 horas – 18.00 horas

Ponto 5 da Agenda: Apresentação do Relatórios dos Altos Funcionários e Análise das Recomendações nele contidas

17. O Relatório dos Altos Funcionários foi apresentado pelo Presidente da Mesa da Reunião. A apresentação fez um resumo geral dos debates e das recomendações contidas no Relatório.

18. A Conferência tomou nota do Relatório e fez as seguintes observações e recomendações em relação a cada um dos pontos:

Análise do Projecto do Plano de Acção

19. Os debates sobre o Plano de Acção foram deferidos para o Ponto 7 da Agenda.

Análise do Quadro para a Zona do Comércio Livre Continental (CFTA), Roteiro, Quadro e Mecanismo de Monitorização e Avaliação

20. A Conferência manifestou preocupação sobre a composição do Comité de Alto Nível para o Comércio Africano (HATC) e a sua posição entre a Conferência Ministerial Conjunta e a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Quanto ao calendário, a Conferência achou que era necessário fornecer mais detalhes sobre as modalidades e as fases para atingir a CFTA até 2017. Todavia, a Conferência concordou na generalidade sobre a importância da CFTA para impulsionar o comércio intra-africano e desenvolver mercados regionais. Mais debates sobre o assunto foram deferidos para o Ponto 7 da Agenda.

Revisão da Negociações do Comércio Multilaterais

21. Os debates sobre esse tema tiveram como base as onerosas exigências adicionais feitas pelos países desenvolvidos, o afastamento do mandato de desenvolvimento no princípio de compromisso único e a incapacidade de cumprir as questões de importância para os PMAs e outros países africanos. Na sequência dos debates, a Conferência aprovou a Declaração de Acra sobre questões da OMC.

Relatório da 3ª Revisão Global sobre Ajuda ao Comércio

22. A Conferência tomou nota do Relatório em relação a este ponto.

Apresentação da Proposta do Sistema Melhorado e Reforçado de Preferências Comerciais para os PAMs e PBRs

23. A Conferência adoptou a proposta e apelou a União Africana a comunicá-la ao G20 e outros parceiros de desenvolvimento.

Relatório do 10º Fórum da AGOA

24. A Conferência tomou nota do Relatório do Relatório do 10ª Fórum da AGOA e exortou os Estados Membros a implementarem as recomendações nele contidas.

Preparativos para CNUCED XIII

25. A reunião tomou nota do Relatório.

Ponto 6 da Agenda: Discussão de Painel sobre Promoção do Comércio Intra-africano e Rápida Criação da Zona do Comércio Livre Continental

26. Uma vez que a questão da promoção do comércio intra-africano e rápida criação da Zona do Comércio Livre Continental já foi discutida nos pontos 5 e 7, a Conferência decidiu não fazer o debate dento do Painel. Contudo, o Representante do Escritório do USTR teve a oportunidade de fazer uma declaração sobre as negociações da ADD e AGOA.

Ponto 7 da Agenda: Análise e adopção do Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano e Quadro para Acelerar a FTA Continental, o Roteiro, Mecanismo de Monitorização e Avaliação

27. Foi feita uma breve apresentação à Conferência, que recordou a Decisão da 6ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio sobre aceleração do estabelecimento da Zona do Comércio Livre Continental (CFTA) e o tema subsequente da Cimeira da UA de Janeiro de 2012, igualmente sobre a promoção do comércio intra-africano. De acordo com o Tratado de Abuja, as Comunidades Económicas Regionais devem criar Uniões Aduaneiras até 2017, ao passo que a União Aduaneira Continental deverá ser criada em 2019. Foi nesta base que a Conferência foi solicitada a adoptar e recomendar à Cimeira para a aprovação do estabelecimento da CFTA até 2017.

28. O debate que se seguiu concentrou-se sobre as seguintes questões:

(I) O prazo de 2017 para a criação da CFTA: o prazo proposto de 2017, para a criação da CFTA, foi considerado demasiado ambicioso, dadas as experiências de integração ao nível regional. Além disso, o prazo proposto deve ser fundamentado por uma análise que se baseia nas experiências das CERs para fazer um exame mais profundo dos desafios de integração;

(II) Quadro/arquitectura institucional, especificamente o Comité de Alto Nível do Comércio Africano (HATC): a Conferência expressou preocupação quanto à composição do HATC, particularmente a proposta de ter os Chefes Executivos das CERs como membros. Além disso, o HATC foi considerado como um nível adicional da burocracia entre a Conferência Ministerial Conjunta e a Conferência da UA;

(III) Modalidades para a criação da CFTA: em relação às fases necessárias para a criação da CFTA, a Conferência sublinhou a importância de um roteiro abrangente com referências claramente definidas que incluem as actividades que devem ser levadas a cabo e a questão que deve ser analisada rumo à CFTA. A este respeito, as questões a serem abordadas deveriam incluir: regras de origem, flexibilidade no ajustamento dos custos, listas de exclusão para produtos sensíveis e um programa para a liberalização do mercado que promove o desenvolvimento de infra-estruturas, facilitação do comércio e industrialização.

29. Contudo, a Conferência expressou a opinião de que a CFTA deveria ser desenvolvida na base das experiências regionais das CERs no estabelecimento das FTAs e o princípio de geometria diversificada que centra-se na coligação de países com vontade de fazê-lo. Isto deveria igualmente ser acompanhado por medidas para criar a capacidade do mecanismo de defesa do comércio e de infra-estruturas de qualidade dos países africanos.

30. Na sequência dos debates, foi alcançado o seguinte consenso:

- A composição dos membros do HATC deveria incluir os Presidentes das CERs que são Chefes de Estado e de Governo;
- A Conferência dos Ministros do Comércio deve apresentar relatórios, na qualidade de assessora, ao HATC, que por sua vez apresentará a sua opinião à Conferência;
- A Comissão da UA deverá desenvolver um roteiro detalhado com referências claras para o estabelecimento da CFTA até 2017 como uma data indicativa; e
- O mecanismo de resolução de disputas deverá ser reconsiderado, especialmente em relação à posição e o papel do Tribunal Africano de Justiça, dado o seu papel como um órgão independente.

Recomendação

(a) O Plano de Acção sobre a promoção do Comércio Intra-africano e o Quadro para Acelerar a FTA Continental, o Roteiro, Mecanismo de Monitorização e Avaliação sejam adoptados e recomendados para aprovação pela Cimeira da União Africana

Ponto 8 da Agenda: Troca de opiniões sobre os preparativos da MC8 da OMC e análise e adopção do projecto de Declaração sobre questões da OMC.

31. Os Ministros Africanos realizaram uma sessão a porta fechada para discutir os preparativos da MC8 e o ponto da situação das negociações da ADD.

32. Os Ministros observaram que alguns dos principais actores dos países desenvolvidos crêem que os textos que presentemente forma a base de negociações de Doa não representam uma boa base para as negociações e nem toma em consideração as ambições de acesso ao mercado. Os Ministros observaram ainda que esta posição dos principais actores dos países desenvolvidos

destina-se aos países em desenvolvimento emergentes que incluem alguns dos países africanos.

33. Os Ministros rejeitaram energicamente as opiniões avançadas por alguns dos principais actores aferindo que a ADD é obsoleta.

34. Os Ministros foram de opinião que as negociações de Facilitação do Comércio apenas deverão avançar quando os interesses prioritários de África, tais como questões relativas ao algodão, subsídios que deturpam o comércio, erosão das preferências e produtos de base forem abordados. Manifestaram ainda preocupação sobre a crescente utilização de medidas e políticas proteccionistas, bem como sobre a má interpretação das flexibilidades nos termos do Parágrafo 47 da Declaração Ministerial de Doha, que África entendeu como significando que a angariação deve ser sobre as questões de interesse para os países em desenvolvimento, particularmente os de África.

35. Os Ministros apelaram veementemente aos parceiros de desenvolvimento à contribuir com uma ajuda para o comércio adicional, previsível e sustentável, relacionada com assistência técnica e capacitação sem condicionalismos, melhorando igualmente os mecanismos de prestação de ajuda.

36. Os Ministros rejeitaram de forma unânime quaisquer ideias sobre uma estagnação de tarifas antes da conclusão da ADD, uma vez que isso comprometeria o espaço político que os países africanos necessitam na protecção das suas indústrias embrionárias.

37. Os Ministros foram informados do facto de que o segundo mandato do actual DG da OMC irá expirar em breve, e que nenhuma personalidade africana deteve o cargo antes (quer no âmbito do GAAT ou da OMC), e que devem considerar um candidato africano apropriado.

38. Os Ministros foram igualmente informados dos desafios que alguns PMAs africanos enfrentam relativamente à aplicação do Regime de Isenção de Direitos e sem limites de contingências ao acesso aos mercados, de acordo com a Decisão Ministerial de Hong Kong e apoiaram a necessidade de mecanismos de compensação tal como reflectido na Declaração de Acra sobre questões da OMC.

39. Os Ministros foram igualmente unânimes no seu apelo para a simplificação dos mecanismos de acesso, uma vez que consideravam que o actual sistema não era justo, transparente e coerente.

40. Os Ministros reiteraram o compromisso de se empenhar durante a MC8 com base nos interesses africanos e falar – em termos mais fortes possíveis – durante a MC8 em defesa desses interesses, conforme articulado na Declaração de Acra sobre questões da OMC.

41. Os Ministros foram unânimes em rejeitar as metodologias de negociações não multilaterais durante as negociações da OMC. Consideram os seus resultados como desequilibrados e não inclusivos. Rejeitaram igualmente a introdução de novas questões tais como as alterações climáticas e investimentos nas negociações.

Recomendação:

A Reunião analisou e adoptou a Declaração de Acra sobre as questões da OMC.

Ponto 9 da Agenda: Análise e adopção do Projecto da Declaração da Cimeira

42. A Conferência analisou o Projecto de Declaração da Cimeira sobre o Impulso do Comércio Intra-africano e o Estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental e recomendou-o para análise e adopção pelos Chefes de Estado e de Governo

Ponto 10 da Agenda: Análise do Projecto da Resolução da 7ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio

43. A Conferência analisou o Projecto da Resolução sobre os Resultados da Sétima Sessão Ordinária e adoptou-o com emendas.

Ponto 11 da Agenda: Data e local para a 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio

44. A República de Angola ofereceu-se a acolher a 8ª Sessão Ordinária da Conferência de Ministros do Comércio, dependendo da confirmação por parte do Governo. A data será determinada após consultas.

Ponto 12 da Agenda: Diversos

45. Nenhum assunto foi levantado neste ponto.

Ponto 13 da Agenda: Adopção do Relatório da reunião dos Ministros

46. A Conferência analisou o seu Relatório e aprovou-o com emendas.

Ponto 14 da Agenda Encerramento da Reunião

47. Foi apresentada uma Moção de Agradecimento, em nome da Conferência, por S.E. Sra. Claudine Munari, Ministra do Comércio da República do Congo, que expressou a sua gratidão e apreço ao Governo e ao povo do Gana pela calorosa hospitalidade concedida a todas as delegações desde a sua chegada à Acra, bem como as instalações colocados à sua disposição, que contribuíram significativamente para tornar o trabalho da Conferência um sucesso.

48. Finalmente, sublinhou que o trabalho da Conferência contribuiria significativamente para o aumento do comércio e desenvolvimento dentro do continente, bem como para o fortalecimento do processo de integração de África.

49. A Presidente da Mesa, S.E. Hanna Tetteh, Ministra do Comércio e Indústria da República do Gana, procedeu ao encerramento da Conferência depois de agradecer os Ministros e todos os participantes pelas suas contribuições para o sucesso da conferência.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of the 7th ordinary session of the AU conference of ministers of trade, Accra, Ghana, 29 November - 2 December 2011

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4649

Downloaded from African Union Common Repository